

# O Tradicional “Três Usos” da Lei

Greg L. Bahnsen

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto<sup>1</sup>

*“Quando as ordenanças conhecidas da lei de Deus são menosprezadas por uma cultura, a mesma experimenta a ira de Deus revelada contra ela no colapso progressivo da ordem social e decência moral.”*

Minha análise anterior teve o objetivo de delinear muitas facetas da função da lei como discutida na Escritura. Contudo, o pensamento Reformado tradicional tendia a sumarizar todas essas várias funções sob o título de três usos principais da lei. Os Reformadores reconheceram muito claramente que a lei não tinha sido abolida na era do Novo Testamento, e, todavia, estavam muito cientes dos abusos da lei aos quais a Igreja Católica Romana medieval era tendente. Portanto, contra os antinomianos eles argumentaram em favor da validade da lei, e para evitar cair em erro no uso da lei, descreveram as funções apropriadas da mesma.

O “primeiro uso” da lei, eles criam, é “o uso *político* da lei”. Eles acreditavam que a aplicação da lei de Deus pelo magistrado civil era necessária para a restrição apropriada e legítima do comportamento perverso de homens ímpios.

O “segundo uso” da lei que eles identificaram foi o chamado “uso *pedagógico* da lei”. Ao fornecer a convicção do pecado e criar um senso da necessidade espiritual no pecador, a lei era um tutor que o trazia a Cristo. Em seu bem conhecido *Comentário sobre o Livro de Gálatas*, Lutero escreveu:

O uso e fim correto da lei, portanto, é nos acusar e condenar como culpados quando vivemos em segurança, para que possamos ver a nós mesmos em perigo do pecado, ira e morte eterna...

A lei com esse ofício ajuda indiretamente na justificação, no fato de direcionar o homem para a promessa da graça (sobre Gl. 2:17 e 3:19).

Certamente nenhum crente evangélico pode negar que a lei sirva apropriadamente para tal fim.

O “terceiro uso” da lei identificado pelos Reformadores era seu “uso *didático*”, pelo qual a lei fornece uma regra para a vida aos crentes. Calvino escreveu: “A lei é o melhor instrumento para capacitar os crentes a aprender

---

<sup>1</sup> E-mail para contato: [felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com).

diariamente qual é a vontade de Deus a ser seguida”.<sup>2</sup> Embora alguns luteranos modernos tenham desejado se distanciar desse uso da lei, não pode haver dúvida que o mesmo era endossado por Lutero e pela Fórmula de Concórdia. Lutero disse que à parte de apelar à lei para justificação, “é impossível que louvemos e magnifiquemos de forma exagerada aquelas obras que são mandamentos de Deus” (*Comentário em Gálatas 3:22*). Remover a lei do crente, pensava Lutero, “é uma coisa impossível e contra Deus”.<sup>3</sup> Assim sendo, o *Breve Catecismo* de Lutero começa com uma exposição do Decálogo. A Fórmula de Concórdia declarava: “Cremos, ensinamos e confessamos que a pregação da Lei deveria ser dirigida... também àqueles que verdadeiramente crêm em Cristo, que foram verdadeiramente convertidos a Deus, regenerados e justificados pela fé” (Artigo VI.2).

Embora a ala calvinista da Reforma enfatizasse a lei como um dom bondoso da graça de Deus, e a ala luterana enfatizasse a mesma como uma coerção, ambas concordavam que a lei deveria ser usada para formar a vida do crente regenerado.

### O Controverso “Primeiro Uso”

Tradicionalmente, o pensamento Reformado tinha resumindo o uso apropriado da lei em três funções específicas. Ela conduz o pecador condenado a Cristo (o segundo uso) e fornece um padrão de santificação para o crente regenerado (o terceiro uso). Certo debate surgiu no passado sobre o “terceiro” ou o uso didático da lei, mas a fé Reformada ainda persistiu na afirmação bíblica que a lei retém sua validade obrigatória para a conduta dos crentes.

Mais recentemente, o desacordo tem surgido com respeito ao que os Reformadores chamaram de o “primeiro uso” da lei, que eles consideram ser seu “uso político” ao restringir o comportamento ímpio do não-regenerado dentro da sociedade. Os Reformadores estavam tão convictos dessa função apropriada da lei de Deus que puderam chamá-la de o primeiro e mais óbvio uso da lei. De fato, a própria passagem onde Paulo sugere que existem usos legítimos e ilegítimos da lei de Deus – 1Tm. 1:8 – continua para ilustrar um uso legítimo da lei como sendo a contenção do comportamento civil exterior de homens rebeldes (vv. 9-10).

A lei fornece um padrão externo de justiça que pode ser aplicado dentro da esfera civil, como é evidente a partir da menção que Paulo faz de transgressões que podem ser particularmente reconhecidas pela lei humana. A lei foi promulgada ou estabelecida, diz Paulo, para os rebeldes – tais como assassinos, seqüestradores, homossexuais, caluniadores e semelhantes. A lei por sua própria natureza objetiva restringir a conduta errônea dos transgressores da lei.

Na “Introdução do Publicador” para a reimpressão feita pela Banner of Truth da maravilhosa obra de Samuel Boston, *The True Bounds of Christian*

<sup>2</sup> *Institutes of the Christian Religion*, 2.7.12.

<sup>3</sup> *Table Talk*, 286.

*Freedom* [Os Verdadeiros Limites da Liberdade Cristã], a importância civil da lei de Deus é detalhada muito bem:

Triste e alarmante é a deterioração presente na condição moral da sociedade. A Igreja é parcialmente culpada por essa decadência pois, como o sal preservador da comunidade, ela tem perdido grandemente seu sabor. A teologia moderna abandonou tudo. Ela tem se afastado dos antigos limites, e a sociedade de hoje em dia colhe o que é “mau e amargo”, que é a sua consequência inevitável. A atual teologia prevalecente não tem sido capaz de elevar a sociedade e deter seu declínio moral; e, inquestionavelmente, uma explicação disso é seu mal-entendimento do lugar da lei e sua utilidade no serviço do pacto da graça.”<sup>4</sup>

Quando os homens falham em ver que a lei de Deus destina-se a funcionar como uma disciplina externa dentro da sociedade, quando eles duvidam e se opõem ao “uso político” da lei, suas sociedades inevitavelmente sofrem as consequências desastrosas. Carl F. H. Henry coloca a questão dessa forma:

Mesmo onde não existe fé salvífica, a Lei serve para restringir o pecado e preservar a ordem da criação ao proclamar a vontade de Deus... Por seus julgamentos e suas ameaças de condenação e punição, a lei escrita juntamente com a lei da consciência desacelera o pecado entre os não-regenerados. Ela tem o papel de um magistrado que é um terror dos malfeitores... Portanto, ela cumpre uma função política por meio de sua influência restritiva no mundo não-regenerado.<sup>5</sup>

## A Lei Bíblica e o Governo Civil

Essa função política da lei é inegável no Antigo Testamento, onde Deus entregou estatutos pertencentes às questões civis ao seu povo. Essas estipulações eram essenciais para a lei e ordem da sociedade do Antigo Testamento, e se devemos prestar atenção à declaração de Paulo no Novo Testamento, em 1 Timóteo 1:8-10, essas estipulações da lei de Deus ainda são valiosas na ética política moderna.

Não podemos rejeitar esses vislumbres dos meios da lei e ordem no Antigo Testamento sem lembrar que essa tradição dada por Deus é enfatizada e não ab-rogada pelo evangelho cristão... Embora sob a graça, estamos debaixo da Lei de Deus e ainda responsáveis diante dele e de nossos próximos que a justiça e a paz prevaleçam.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Samuel Boston, *The True Bounds of Christian Freedom* (London: Banner of Truth Trust, 1964), pp. 10-11.

<sup>5</sup> *Christian Personal Ethics* (Grand Rapids, Michigan; Eerdmans, 1957), p. 355.

<sup>6</sup> D. J. Wiseman, “Law and Order in Old Testament Times”, *Vox Evangelica*, VIII, p. 19.

A lei de Deus continua a ter uma função política importante dentro da ordem do Novo Testamento, como Donald Guthrie reconhece ao dizer:

No Novo Testamento, um padrão de justiça é assumido e existe uma diferenciação clara entre o que é certo e o que é errado. Existem ecos da visão de justiça social do Antigo Testamento... A abordagem para com a lei em geral no Novo Testamento está intrinsecamente atada com a Lei Mosaica, que faz provisão extensiva para a justiça social... A importância dessa evidência da santidade da lei é que ela fornece um fundamento sadio para a ação social. A lei é indispensável para uma sociedade estável.<sup>7</sup>

Uma situação irônica surgiu em nossos dias. Cristãos evangélicos que poderiam ser considerados propensos a uma posição mais “liberal” na política, e cristãos evangélicos que poderíamos supor serem a favor de uma posição mais “conservadora” na política, possuem ao menos uma área inconsciente de concordância significativa: ambos desejam fazer uso autoritativo e com princípios da lei do Antigo Testamento para a justiça social. Publicações recentes que têm promovido um envolvimento ativo do crente na assistência às necessidades da população pobre ao redor do mundo têm feito apelo considerável à lei do jubileu, enquanto muitos livros e artigos escritos para protestar contra a tolerância da homossexualidade e/ou aborto em nossos dias fazem referências claras e sem desculpas às proibições do Antigo Testamento contra tais coisas.

A lei é reconhecida como tendo uma significância política contínua pelos crentes de hoje em dia, mesmo quando os mesmos não desenvolvem sistematicamente um fundamento teológico para os apelos que são feitos à autoridade da lei na sociedade contemporânea, e mesmo quando possam estar de outra forma contradizendo inconscientemente esse fundamento assumido. Esse fundamento é a validade contínua da lei de Deus, mesmo em sua relevância social ou política. De uma maneira muito estranha, frequentemente aqueles que são herdeiros da tradição Reformada de manter o uso político da lei é quem levantam objeções a essa noção hoje.

Ao resistir ao uso político da lei de Deus, diminuindo sua relevância política, e encorajando quer as indiferenças às questões de justiça social ou padrões alternativos a elas, tais homens não se alinham com seus antepassados da Reforma. Lutero e Calvino estavam plenamente de acordo que a lei de Deus era um instrumento do governo civil, funcionando para restringir o crime e promover através disso a ordem civil. Lutero ensinou que

o primeiro uso da lei é conter os ímpios. Essa restrição civil é muito necessária, e fixada por Deus tanto para a paz pública como para a preservação de todas as coisas, mas especialmente para que a causa de Deus não seja impedida pelo tumulto e seduções de homens ímpios, cruéis e orgulhosos (*Comentário sobre Gl. 3:19*)

---

<sup>7</sup> Donald Guthrie, “The New Testament Approach to Social Responsibility”, *ibid.*, VIII, pp. 53-54.

Calvino concorda:

O primeiro uso da lei é, por meio de suas terríveis denúncias e o conseqüente temor da punição, refrear aqueles que, a menos que forçados, não teriam nenhum respeito pela retidão e a justiça. Tais pessoas são contidas, não porque suas mentes sejam internamente movidas e afetadas, mas porque, como se um freio fosse posto sobre elas, refreiam suas mãos de atos externos, e internamente controlam a depravação que de outra forma irromperia petulantemente (*Institutes*, 2.7.10).

Essa continuou a ser a visão dos pensadores Reformados no decorrer dos séculos. No tempo da Assembléia de Westminster, Samuel Bolton escreveu:

Em primeiro lugar, então, minha tarefa é mostrar o fim primeiro e principal para o qual a lei foi promulgada ou dada. Existem dois fins a serem observados, um era político, e outro teológico ou divino. O uso político é indicado pelo apóstolo em 1Tm. 1:8:9... ; isto é, o uso foi feito para eles [malfeitores] de tal forma que, se não fosse para o governo dos mesmos, seria para a punição. Tal é o uso político da lei.<sup>8</sup>

## Conclusão

O uso político da lei é admitidamente negativo e meramente *dissuasor* em caráter. Ele não faz nada para regenerar o pecador ou torná-lo justo diante de Deus; ele não toca seu coração nem o traz para mais perto do Salvador. Todavia, essa função da lei é crucial para a sociedade do homem. Quando as ordenanças conhecidas da lei de Deus são menosprezadas por uma cultura, a mesma experimenta a ira de Deus revelada contra ela no colapso progressivo da ordem social e decência moral (Romanos 1). Porque esse importante uso político da lei de Deus é impopular em muitos círculos hoje, e porque muitas pessoas que são educadas no ambiente secular da nossa sociedade possuem concepções confusas do que essa função política implica, os poucos capítulos seguintes se focarão sobre a doutrina bíblica do governo civil e o lugar da lei bíblica nisto. Veremos que “a justiça exalta as nações, mas o pecado é o opróbrio dos povos” (Pv. 14:34), em cujo caso, não ousamos rejeitar a relevância política e o uso da lei bíblicamente revelada de Deus.

Fonte: Capítulo 21 do livro *By This Standard*.

---

<sup>8</sup> Bolton, p. 78.